O ENVIO DE NEGROS DA BAHIA PARA A GUERRA DO PARAGUAI

Osvaldo Silva Felix Júnior[1]

RESUMO: Entre 1864 e 1870, o Brasil esteve envolvido no maior conflito armado da América do Sul, a Guerra do Paraguai. A guerra colocou, de um lado, o Império Brasileiro, a Argentina e o Uruguai, e, de outro, o Paraguai. O conflito envolveu as principais províncias brasileiras, mobilizando grande efetivo de homens para complementar os quadros do Exército nacional e da Armada. A província da Bahia foi uma das mais exigidas, enviando para o conflito um efetivo superior a 17 mil homens. Entre os contingentes que seguiram estavam escravos libertos e tropas constituídas apenas por negros, denominadas "zuavos baianos". Este trabalho contempla a participação desses homens no conflito, as estratégias utilizadas pelo governo provincial para mobilizá-los, a maneira como a população baiana reagiu a essas atividades e as ideias que nortearam o pensamento desses homens em relação à ida para a guerra.

PALAVRAS-CHAVE: História. Bahia. Negros. Guerra do Paraguai.

ABSTRACT: Between 1864 and 1870, Brazil was involved in the biggest armed conflict on the South America, the war of Paraguay. The war placed on one side the Brazilian Empire, Argentina and Uruguay, and, on the other one, Paraguay. The conflict involved the major Brazilian provinces, mobilizing force of men to complement

[1] Mestre em História Regional e local pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB e Mestre em Operações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército - EsAO. Pós-Graduado em História Social e Educação pela Universidade Católica do Salvador - UCSAL. E-mail: felixinfa@terra.com.br.

of the national Army and Armed. The province of Bahia was one of the most required, sending for to conflict a force. Between the contingents that had followed were freed slaves and troops formed only by blacks, called “zuavos baianos.” This work contemplates the participation of these men in conflict, the strategies used for the provincial government to mobilize them, the way as the bahian population reacted to these activities and the ideas that had guided the thought of these men in relation to the departure to war.

KAYWORDS: History. Bahia. Blacks. War of Paraguay.

1. Os diversificados olhares historiográficos sobre a Guerra do Paraguai

A Guerra do Paraguai ou Guerra da Tríplice Aliança foi um conflito armado, que ocorreu na América do Sul entre 1864 e 1870, envolvendo de um lado o Brasil, a Argentina e o Uruguai e, de outro, o Paraguai. O conflito foi antecedido de uma série de contendas diplomáticas abrangendo os países conflitantes e de uma intervenção militar brasileira no Uruguai.

Uma das versões sobre o desencadeamento da guerra foi escrita pelo General Paulo de Queiroz Duarte. Segundo ele, após tornar-se independente do Brasil, em 1828, o governo no Uruguai, foi disputado por duas facções políticas, os Blancos- aliados da Argentina- e os Colorados, aliados do Império. Em 1851, o Blanco Oribe assumiu a presidência do Uruguai. O período do governo de Oribe foi caracterizado por um bloqueio comercial ao Brasil e por uma série de conflitos fronteiriços entre o Império e o Uruguai, que culminou com a invasão do território uruguaio. O governo brasileiro alegou, para tal invasão, o fato de uruguaios blancos terem invadido suas fronteiras, assassinado vários estancieiros e roubado milhares de cabeças de gado.[2]

[2] DUARTE, Paulo de Queiroz. Os voluntários da pátria na guerra do Paraguai. O imperador, os chefes militares, a mobilização e o quadro militar da época.

Segundo essa versão, a guerra tornou-se iminente quando o governo brasileiro não aceitou a intermediação de Solano López, presidente do Paraguai, na questão. Solano López rompeu relações com o Império, e estabeleceu uma aliança com os uruguaios. O Brasil invadiu o Uruguai, tornando a guerra inevitável.

O Paraguai, aliado do governo deposto do Uruguai, em represália, no dia 12 de novembro de 1864, aprisionou o navio brasileiro "Marquês de Olinda" no rio Paraguai, que conduzia o presidente da província do Mato Grosso, o Coronel de engenheiros Frederico Carneiro de Campos. Dias depois foi declarada a guerra. Quatro meses depois, em abril de 1865, a Argentina foi invadida. Alarmados com a audácia dos paraguaios, Brasil, Uruguai (com o seu novo governo) e a Argentina formaram a Tríplice Aliança para combater as Forças Guaranis.[3]

Vários foram os pesquisadores e historiadores, brasileiros e estrangeiros, que retrataram a guerra do Paraguai. Cada um em sua época e com motivações próprias, procurou expor o conflito enfocando aquilo que lhes interessava e que julgava ser de interesse da sociedade. No Brasil, basicamente três linhas historiográficas escreveram sobre a guerra: a historiografia conservadora, a revisionista e a nova historiografia brasileira.

A historiografia conservadora começa a se delinear a partir do início da república, mantendo grande influência até os anos 1960. Seus pesquisadores, em sua maioria memorialistas ou pessoas ligadas aos Voluntários da Pátria, retrataram a guerra dentro de uma visão positivista,[4]exaltando a figura dos vultos militares nacionais, normalmente os grandes generais do Exército brasileiro, enaltecendo a atuação do Exército como instituição que, superando todo o tipo de obstáculos, inclusive o descaso

Rio de Janeiro: Bibliex, 1981.

[3] Idem, Ibidem.

[4] Para os positivistas, a história era uma sucessão de acontecimentos isolados relatando, sobretudo, os feitos políticos de grandes heróis, os problemas dinásticos, as batalhas, os tratados diplomáticos, etc. Ver BORGES, Vavy Pacheco. *O que é história*. São Paulo: Brasiliense, 2005. p. 34.

do Império, modernizou-se, conseguiu vencer o inimigo e dar ao país uma nova identidade, o Brasil aberto às novas concepções de ordem e progresso.

Ainda de acordo com a historiografia conservadora, a eclosão da Guerra do Paraguai adveio como consequência de disputas territoriais, de influências locais na região do rio da Prata, e da ambição desmedida do caudilho Solano López, presidente do Paraguai, em formar o "Grande Paraguai". Como representantes dessa linha podemos citar, dentre outros, os Generais Paulo de Queiroz Duarte e Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira.

A historiografia revisionista é preponderantemente economicista e crítica. Mantém grande influência entre as décadas de 1960 e 1980, quando parte dos países da América Latina estavam em mãos de governos militares (incluindo o Brasil, o Uruguai e a Argentina), e os historiadores viam na reescrita da história sobre o conflito, uma forma de resistência a esses governos.

Ao retratar a guerra, os grandes vultos militares eram desmistificados, alguns deixavam a condição de heróis e eram colocados na condição de caudilhos, assassinos e incompetentes, e Solano López aparece como um grande estadista, que tem seus planos de conseguir formar um Paraguai forte e influente destruídos pela cobiça de ingleses, brasileiros e da burguesia comercial portenha.

O governo brasileiro, segundo os pesquisadores que comungam dessa linha historiográfica, foi responsável pela morte de milhares de paraguaios (homens, mulheres e crianças) e a destruição de uma nação que teria grandes dificuldades para se reerguer economicamente.

Os autores que defendem essa linha enfatizam que o imperialismo inglês foi o grande responsável por desencadear o conflito, utilizando para isso a vontade brasileira de dominação dos países do cone Sul da América. Para eles, a Inglaterra, com a guerra, aumentou o poder econômico na região do rio da Prata e destruiu o Paraguai, uma ameaça aos seus planos de fortalecimento de comércio com os países da América do Sul.

Para esses autores, a excelente situação econômica por que passava o Paraguai, mantendo um comércio interno forte e evitando a dependência externa, em particular da Inglaterra, despertou no governo inglês uma preocupação de que, a exemplo dos paraguaios, outras nações sul-americanas resolvessem aderir àquele modelo econômico, colocando em risco as pretensões inglesas de dominar o comércio no cone Sul da América.

Autor que bem retrata aqueles que comungam dessa linha é Julio José Chiavenatto. Jornalista, nascido em Pitangueiras - SP, escreveu uma série de textos sobre o grau de dependência da América do Sul à Inglaterra e aos Estados Unidos da América. Escreveu o livro sobre a guerra intitulado *Genocídio Americano,* publicado em 1985.

Produziu um texto extremamente crítico, e fez questão de enfatizar que o escreveu com a visão de um jornalista, por isso desprovido de um maior embasamento documental. Destacam-se as ideias por ele levantadas da relação dos negros com o Exército Brasileiro e da mobilização do Império para enfrentar as forças paraguaias.

Sobre as contradições do Império em relação à guerra, ele afirma que um regime escravocrata, cuja massa de soldados baseava-se fundamentalmente em negros escravos, como o Império Brasileiro, não poderia ter um exército que oferecesse coesão moral. Ele refletiria as contradições do próprio Império e estabeleceria nas suas relações, a mesma postura hierárquica opressora do sistema que defendia.[5]

Já os autores que comungam com a nova historiografia brasileira da guerra têm nítidas influências dos historiadores da "Nova História" francesa, com diversidade de abordagens e de enfoques. Os autores que escreveram sobre a guerra procuraram expô-la, desmistificando determinados aspectos, propondo novos temas e dando outras interpretações a temas já pesquisados. Para os pesquisadores adeptos dessa linha historiográfica, as causas

[5] CHIAVENATTO, Julio José. Genocídio americano: *Guerra do Paraguai*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985, p. 118.

do conflito estavam nas divergências regionais, a Inglaterra se manteve na neutralidade, e as causas econômicas não foram preponderantes para o desenrolar da guerra.

Um autor tido como referência para o estudo da Guerra do Paraguai e que, aparentemente, é alinhado com a nova historiografia brasileira da guerra é Francisco Fernando Monteoliva Doratioto. [6] Em seu texto intitulado *Maldita guerra*, editado em 2002, o historiador apresenta o tema procurando desmistificar determinados aspectos do conflito, sedimentados, tanto pela historiografia tradicional, como pela revisionista.

Segundo o autor, a historiografia revisionista criou o mito de Solano López como grande chefe militar e líder anti-imperialista e desqualificou a atuação dos Exércitos aliados, a resistência e o sacrifício demonstrados por seus homens, lutando durante cinco longos anos, longe de seus países. Ele afirma que "Na verdade, atos de desprendimento pessoal, de bravura, de covardia ou de crueldade ocorreram em ambos os lados da guerra". [7]

Em relação às causas da guerra, afirma Doratioto que, "tanto a historiografia conservadora como a revisionista simplificaram as causas e o desenrolar da Guerra do Paraguai, ao ignorar documentos e anestesiar o senso crítico".[8]

Doratioto enfatiza ainda que a dificuldade em preencher os vazios na tropa levou o Império a libertar escravos para lutarem no Paraguai e que a presença de escravos combatentes no Exército resultou na incorporação de alguns de seus interesses, como a alforria.[9]

Segundo Doratioto, durante a guerra os chefes militares brasileiros viram com restrições a presença de escravos no

---

[6] Francisco Doratioto nasceu em São Paulo em 1956, na cidade de Atibaia. Graduou-se em História em 1979 e em Ciências Sociais em 1982, pela Universidade de São Paulo. É mestre e doutor em História das Relações Internacionais pela Universidade de Brasília.

[7] DORATIOTTO, 2002, p. 18.

[8] DORATIOTTO, 2002, p. 19

[9] DORATIOTTO, 2002, p. 274

Exército, acusando-os de mau desempenho militar. Para Caxias o comportamento dos libertos causava, pelo exemplo, indisciplina na tropa, por serem "homens que não compreendiam o que era pátria, sociedade e família, que se consideravam ainda escravos, que apenas mudaram de senhor".[10]

Outro pesquisador aparentemente alinhado com a nova historiografia brasileira da guerra é Ricardo Salles.[11] Em 1990, lançou o livro *Escravidão e Cidadania na Formação do Exército*. Embora não tenha completado a sua graduação em História, produziu um texto historiograficamente rico em informações sobre o tema, certamente fruto de pesquisa minuciosa. É um texto de cunho predominantemente social, no qual ele procura tomar por base para as suas análises o Exército Brasileiro e a forma como a instituição se relacionou com as classes excluídas (escravos, libertos, homens livres pobres) e as classes dominantes, para suprir as suas necessidades em pessoal para a guerra.

Suas abordagens sobre a mobilização dos Voluntários da Pátria, ora são genéricas (ao nível nacional), ora, específicas à província de São Paulo. Porém, apresentam dados que demonstram ter havido na Bahia uma mobilização para envio de corpos de Voluntários.

As ideias centrais que norteiam o seu trabalho estão ligadas à figura do negro, a sua reação ao recrutamento e a oportunidade surgida com a guerra de se tornarem cidadãos, ou, pelo menos, de exercerem direitos nunca antes permitidos.

Aspecto também interessante no seu trabalho são as idéias apresentadas sobre o emergir das reflexões sobre a liberdade e a fraternidade que, segundo o autor, ocorreu no seio do Exército Brasileiro, como consequência do emprego conjunto dos Corpos de Voluntários da Pátria, constituídos por uma diversidade étnica de excluídos, inclusive por escravos alforriados, e de uma

[10] Idem

[11] Ricardo Salles é paulista. Estudou história na PUC-RJ sem, no entanto, ter-se graduado. Foi militante político nos anos 1970. Seu objeto principal de estudo é a escravidão.

jovem oficialidade, que incorporou alguns dos seus interesses, repercutindo, no pós-guerra, como um ponto de atrito entre a instituição e o próprio Império.

Pesquisador que também se alinha com as ideias da nova historiografia brasileira da guerra é Jorge Prata de Souza. Prata escreveu um texto intitulado *Os Escravos Brasileiros na Guerra do Paraguai.* Com um viés predominantemente social, procurou analisar o conflito, priorizando a participação de escravos nas tropas do Exército Brasileiro.

Em relação às transformações sociais vivenciadas por aqueles que foram à guerra, ele enfatiza que: "o Brasil, cuja estrutura sócio-econômica ainda se alicerçava no trabalho cativo, vivenciou transformações na sua dinâmica social: negros e brancos, entre si atores tão dessemelhantes na sociedade, passaram a dividir ombro a ombro a luta pelos destinos da nação, nos sangrentos campos de batalha".[12]

Porém, o próprio Prata também enfatiza que o seu trabalho traz limitações, pois suas análises foram feitas levando em consideração, prioritariamente, dados existentes em órgãos localizados no Estado do Rio de Janeiro, como os registros de libertos existentes em cartórios da cidade do Rio. Segundo Prata: "falta ainda conhecer como se deu o recrutamento de libertos em províncias que, na época, possuíam volume expressivo de escravos, como Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Maranhão".[13]

Outro pesquisador ligado às ideias da Nova Historiografia da Guerra, André Amaral de Toral, doutor em História Social pela Universidade São Paulo, também analisou a situação dos negros enviados à Guerra do Paraguai, concluindo que todos os países que participaram do conflito utilizaram-se do artifício do emprego de negros, livres ou não, para a complementação dos seus efetivos. Toral utiliza a fotografia, difundida durante a guerra, com cobertura *in loco*, para mostrar a presença de negros nas tropas paraguaias e brasileiras. O registro fotográfico da guerra

[12] Prata, 1996, p. 12

[13] Prata, 1996, p. 82

do Paraguai foi uma continuidade do tipo de fotografia que se fazia na época. A partir da invenção do daguerreótipo, em 1839, impressão da imagem em metal, a fotografia deixou de ser apenas experimentação e tornou-se atividade profissional. Assim Toral viu a guerra com outro olhar.[14]

De maneira geral, os autores ligados à Nova Historiografia da guerra vivenciaram outro momento da historiografia brasileira, onde as influências externas, francesa, inglesa e norte-americana, fizeram surgir um novo modo de se fazer História. Para esses historiadores, o compromisso de fazer uma História menos ideológica, mais social, plural e imparcial se sobrepõe aos aspectos políticos e econômicos.

Independente de corrente historiográfica, é interessante observarmos o momento histórico vivenciado por cada autor, onde as demandas sociais e as preocupações inerentes à sua geração, possivelmente tenham influenciado as suas análises do conflito.

De acordo com a versão do General Paulo Duarte- um dos poucos pesquisadores ao nível nacional que levou em conta os eventos ocorridos na Bahia- nos primeiros dias de janeiro de 1865, o presidente da província promoveu reuniões no palácio do governo com as principais autoridades provinciais para tratar da execução dos serviços relativos ao alistamento de civis e à designação dos guardas nacionais, na Capital e no interior, medidas por ele vistas como necessárias para que a Bahia pudesse cumprir as determinações imperiais de alistar o máximo de civis nos Corpos que saiam da província para a Guerra e de fazer apresentar o número de 2.440 guardas nacionais convocados pelo governo imperial para complementar as tropas do Exército Nacional.[15]

Entre essas medidas constavam: a remessa de comunicações a homens influentes das vilas e cidades do interior, em particular do Recôncavo Baiano, para que eles atuassem junto à população

[14] TORAL, André Amaral de. *A Participação dos Negros Escravos na Guerra do Paraguai*. São Paulo: Estudos Avançados. v. 9, n. 24, 1995.

[15] DUARTE*, Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai.* p. 232.

de suas localidades, na missão de alistar o maior número possível de homens; a intensificação, no jornal Diário da Bahia, de matérias que incitassem os homens das classes populares ao alistamento para a guerra; a orientação para as Câmaras de Salvador e dos municípios do interior para o apoio no chamamento da população de seus municípios para o alistamento para o conflito.[16]

De início, as condições estipuladas no decreto e as medidas adotadas pelo governo provincial tiveram algum êxito e conseguiram angariar certo número de voluntários, na Capital e no interior. Entre esses voluntários constavam estudantes, moços de famílias abastadas e oficiais da Guarda Nacional. Passado esse momento, a Bahia vivenciou um período caracterizado por uma grande procura por parte das autoridades provinciais, civis e militares, de homens que pudessem completar os efetivos dos batalhões da Guarda Nacional, transformados em Corpos de Voluntários da Pátria, suprindo as crescentes necessidades do Exército em operações.

Segundo o historiador Hendrik Kraay, a Guerra do Paraguai esgotou a capacidade brasileira de mobilização e revelou claramente os conflitos inerentes ao recrutamento. Apelos ao patriotismo esgotaram-se rapidamente e o alistamento para a guerra transformou-se em recrutamento forçado em escala nunca visto na Bahia.[17]

2. O envio de escravos

Última estratégia utilizada pelo Império para complementar os efetivos do Exército e da Armada foi a de mobilizar escravos que pudessem ser aproveitados nos serviços para a guerra.

[16] APEB. Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais. Presidência da província. Avisos recebidos do Ministério da Guerra (originais). Maço 828; Boletim do Diário da Bahia, 1865 e maço 3668; Arquivo Municipal de Salvador. Atas da Câmara Municipal 1861/1869. n. 950.

[17] KRAAY, Hendrik. *Reconsidering Recruitment in Imperial Brazil,* The Américas, v. 55, n. 1p. 1-33, jul. 1998, tradução do autor, revisada por Mônica Nogueira de Sá.

Segundo indicam as fontes, a ideia das autoridades imperiais era de sensibilizar pessoas de posses e determinadas instituições a libertarem seus escravos como um "empenho patriótico" em favor da nação. Caso não conseguissem esse intento, outra estratégia seria de comprar os escravos e alforriá-los, mandando-os para a guerra.[18]

Na Bahia, uma das instituições que se alinhou ao Império no compromisso de libertar escravos e enviá-los para o conflito foi a Igreja Católica. Possivelmente, esse apoio tenha sido motivado pelo padroado e/ou beneplácito. Como exemplo, em janeiro de 1867, a Abadessa do Imperial Convento de Santa Clara do Desterro, em Salvador, passou carta de liberdade ao escravo de nome Lourenço, a fim de ele seguir para o conflito, e o Abade de São Bento, também em Salvador, apresentou 10 forros para servirem no Exército. Em resposta, o governo imperial informou que esperava que a "solicitude paternal" do reverendo fizesse com que muitos outros forros fossem apresentados para o mesmo fim.[19]

Ao contrário da Igreja, o pensamento dos donos de escravos não estava sincronizado com o objetivo que o Ministério da Guerra pensava alcançar, de conseguir o maior número possível de escravos que pudessem combater ao lado das tropas imperiais e, aproveitando a oportunidade e a falta de compromisso das autoridades provinciais baianas, esses proprietários venderam ao governo escravos em péssimas condições físicas.

Em abril de 1867, o Ministro da Guerra devolveu ao governo provincial 12 escravos enviados para a Corte a fim de serem empregados nas atividades de guerra. O Ministro informou que eles foram inspecionados e julgados incapazes para o serviço do Exército. Orientou para que os escravos fossem inspecionados,

[18] APEB. Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais. Inventário dos documentos do governo da província. 2ª parte. Série militares. Correspondências recebidas de voluntários da guerra do Paraguai. Maço 3668.

[19] APEB. Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais. Inventário dos documentos do governo da província. 2ª parte. Série militares. Correspondências recebidas de voluntários da guerra do Paraguai. Maço 3668.

com rigor, antes de serem enviados.[20]

Anexa ao documento, havia uma relação onde constavam os dados pessoais relativos a esses homens, o nome, a naturalidade e o motivo da incapacidade: Olímpio Gomes de Carvalho, 18 anos, natural da Bahia, com epilepsia; Lino Cardoso, 35 anos, natural da Bahia, com hipoesmia incurável; Segisnando, 30 anos, natural da Bahia, com perda da unocular; Donato, 22 anos, natural da Bahia, com fístula no maxilar inferior; Manuel Sabino Pereira, 18 anos, natural do Piauí, com luxação indutível da clavícula direita; Geraldo Ferreira Motta, 24 anos, natural do Piauí, com cárie na 3ª vertebral dorsal; Amancio Jozé, 23 anos, natural do Piauí, com cegueira do olho esquerdo; Luiz da França, 22 anos, natural do Piauí, com edemacia dos membros inferiores; Rufino Pereira, 24 anos, natural do Piauí, com falta de dentes; Vicente Jozé Ferreira, 55 anos, natural do Piauí, com falta quase total de dentes e idade avançada, e Francisco Ferreira do Ramo, 24 anos, natural do Piauí, com *tubercular pulmonares*.[21]

O Ministério da Guerra, por meio de ofício "circular", determinou aos governos provinciais que remetessem, com urgência, relação dos libertos que tendo ido para a Corte, voltaram por terem sido declarados incapazes para o serviço militar, informando a quem pertencia, por quem foram oferecidos, ou se foram comprados por conta do Estado.[22] Era uma forma de o Império descobrir se estava havendo realmente dolo por parte dos proprietários ou se as autoridades provinciais não estavam dando a importância devida para a inspeção desses homens, e com isso penalizar os responsáveis.

---

[20] APEB. Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais. Inventário dos documentos do governo da província. 2ª parte. Série militares. Correspondências recebidas de voluntários da guerra do Paraguai. Maço 3668.

[21] APEB. Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais. Inventário dos documentos do governo da província. 2ª parte. Série militares. Correspondências recebidas de voluntários da guerra do Paraguai. Maço 3668.

[22] APEB. Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais. Inventário dos documentos do governo da província. 1ª parte. Série administração. Correspondência recebida do Ministério da Guerra. Originais. Maço 830.

O caráter "circular" do documento indicava que não só da Bahia seguiram negros alforriados para a guerra e que muitos escravos voltaram para as suas províncias de origem por não satisfazerem as condições físicas exigidas pelo Exército.

Embora o governo imperial esperasse conseguir um bom número de escravos, o Exército, aparentemente, não teve preocupação em priorizar a incorporação de alforriados às suas fileiras; ao contrário, manteve nas suas juntas de inspeção de saúde uma postura de resistência a essa política, só recebendo aqueles homens que realmente tinham plenas condições físicas.

As informações apresentadas pelo presidente da província à Assembleia Legislativa da Bahia, em abril de 1869, mostram que, para o governo provincial, seguiram para a guerra 1.647 escravos (o somatório dos escravos enviados para o Exército e para a Armada), sendo 1.376 especificamente para a Armada.[23] Ou seja, para o Exército seguiu, apenas, 271 escravos, o que corrobora as informações encontradas nos documentos comentados acima, de que o Exército não priorizou a incorporação de alforriados. Ao contrário, a Armada, aparentemente não teve o mesmo posicionamento, absorvendo grande quantidade de escravos em suas fileiras.

No relatório do Ministério dos Negócios da Guerra, em 1872, consta que na Bahia foram libertados, a fim de seguirem para a guerra, 12 escravos por autoridades eclesiásticas e 12 por particulares, e que foram comprados e libertados pelo governo provincial e enviados para o Exército 248 escravos, dando um total de 272 homens.[24] Embora não plenamente concordantes, os dados dos dois relatórios corroboram-se.

Em relação a esse aspecto da mobilização dos corpos de Voluntários da Pátria, o jornalista Julio Chiavenatto, na tentativa de mostrar o porquê da superioridade física do Exército paraguaio em relação às tropas da Tríplice Aliança, em particular do Exército

[23] APEB. Biblioteca. Relatório do presidente da província em 11 abr. 1869.

[24] APEB. Biblioteca. Relatório do Ministério dos Negócios da Guerra, em 1872.

imperial, afirmou que entre os aliados, brasileiros, argentinos e uruguaios, para cada soldado branco havia vinte e cinco mulatos ou negros. Essa proporção racial aumentava quando era confrontada com o Exército brasileiro. No Exército do Império do Brasil, para cada soldado branco havia nada menos que quarenta e cinco negros.[25]

Segundo o jornalista, esse fato foi determinante para a superioridade física dos paraguaios, pois sendo os exércitos aliados formados em seu maior contingente por tropas brasileiras, que na sua configuração eram compostas de africanos escravos e mulatos, indicava sua origem nas classes mais oprimidas e, consequentemente, pior alimentadas da população.[26]

Ainda segundo Julio Chiavenatto, a Guerra do Paraguai foi, de certa forma, uma espécie de "arianização" do Brasil, pois em 1850 havia uma população de cinco milhões e meio de habitantes livres brancos para dois milhões e meio de negros escravos, e essa situação permaneceu até a guerra. Segundo o que o jornalista dá a entender, dolosamente, os negros escravos foram enviados à guerra para morrerem pelo império e, como consequência, em 1872, logo após a guerra, o Império do Brasil não tinha sequer 18% de negros na sua população, afirmando ainda, que a população de brancos tinha aumentado 70%.[27] E Chiavenatto afirma ainda que, um regime escravocrata, cuja massa de soldados baseava-se fundamentalmente em negros escravos para defendê-lo, como o Império do Brasil, não poderia mesmo ter um exército que oferecesse coesão moral.[28]

De um lado, as fontes nos indicam que o número de escravos que seguiu da Bahia para a guerra (1.647 homens), em relação ao número total de homens enviados ao combate (17.922 homens)

---

[25] CHIAVENATTO, Júlio José. *Genocídio americano*: Guerra do Paraguai. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985, p. 111.

[26] Idem, Ibidem.

[27] Idem, p. 117.

[28] CHIAVENATTO, Júlio José. *Genocídio americano*: Guerra do Paraguai. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985, p. 118.

foi pequeno; de outro, o jornalista Júlio Chiavenatto, tenta nos passar a ideia de que seguiu do Brasil um número muito grande de negros, em particular de escravos.

Observando a documentação existente no Arquivo Público da Bahia, localizei alguns vestígios relativos a esses homens.

QUADRO 1

Situação de escravos alforriados enviados à guerra

NOME	SITUAÇÃO
Martiniano Alves	Libertado pelo governo provincial. Seguiu para a guerra no vapor Paraná, em 4 de novembro de 1867.
Epifânio	Alforriado para seguir para a guerra por Manoel Lopes da Costa Pinto, em 23 de setembro de 1865.
Lourenço	Alforriado pela Abadessa do Convento de Santa Clara do Desterro, em Salvador, em 1867.
Ricardo	Alforriado para ir para a guerra pelo Major da Guarda Nacional de Lençóis José Mendes de Carvalho, em junho de 1867.
Firmino	Alforriado para seguir para a guerra pelo Barão de Matuim, em 1867.
Manoel José de Aguiar	Alforriado pelo médico Antonio Mariano do Bonfim. Seguiu para a guerra no Corpo de Voluntários Princesa Imperial.
Manoel	Alforriado para seguir para a guerra por Antonio José Teixeira.
Dionísio	Alforriado para seguir para a guerra pelo tenente-coronel da Guarda Nacional Pedro Alves de Campos.
Antonio	Alforriado para seguir para a guerra pelo Barão de Taripe.
Irinéo	Alforriado para seguir para a guerra por Galdino José de Souza Barreto, em 7 de janeiro de 1867.
Fiel Dias	Vendido ao Estado pelo Barão de Matuim, em 1867. Foi destinado para prestar serviços na Companhia de Operários ou nas Fortalezas, tendo em vista ter sido dado como incapaz, após a compra.

FONTE: APEB. Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais. Inventário dos documentos do governo da província. 2ª parte. Série militares. Maços 3669, 3671 e 3672; 1ª parte. Série Administração. Correspondência recebida do Ministério da Guerra. Originais. Maço 830 e Judiciário. Inventário. E 03 Cx. 1160 M1629 D 14; E 05 Cx. 1844 M2315 D 17 Fl. 07; E03 Cx. 1383 M1852 D24.

Caso interessante ocorreu com o escravo de nome Modesto, pertencente a Joaquim Anselmo de Barros Bittencourt. O escravo, em novembro de 1867, foi condenado por júri popular à pena de 500 açoites, e trazer um ferro preso ao pescoço por espaço de dois anos. Porém, em fevereiro de 1868, o Jornal da Bahia noticiou que um escravo de nome Modesto, condenado por crime, tinha seguido para a guerra, incorporado à Armada. De imediato, o presidente da província determinou ao juiz de direito da 3ª Vara, Pedro Caetano da Costa, na qual correu o processo contra Modesto, que verificasse a veracidade ou não dos fatos informados pelo jornal.[29]

Após realizar uma sindicância, em que ouviu todos os envolvidos, o juiz informou ao presidente que o escravo realmente pertencia a Joaquim Anselmo; que logo depois de açoitado, foi vendido a Domingos Fernandes Moreno, negociante na praça de Salvador, com armazém de "molhados" na rua Nova do Comércio, por um conto de réis; que a venda foi efetuada sem ter-se cumprido a pena de condução de ferro ao pescoço, e que, mesmo sabendo da pendência, o comerciante Domingos Moreno passou carta de liberdade a Modesto, com a condição de que ele servisse na Armada, e que ele recebeu pela venda a quantia de um conto e 750 mil réis.

Esclareceu que, assim como foi noticiado pelo jornal, o escravo seguiu para a guerra. O juiz sugere ao presidente que traga Modesto de volta, pois, por não terem sido cumpridas as penas legais, a transação entre Joaquim e Moreno não tinha validade. O juiz enfatiza, ainda, que estranhava que o escravo tivesse sofrido quinhentos açoites em novembro e fosse considerado apto pela inspeção médica da Armada em fevereiro.[30]

---

[29] APEB. Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais. Inventário dos documentos do governo da província. 1ª parte. Série Justiça. Correspondência recebida de Juízes. Juízes Municipais da 3ª Vara. Maço 2672.

[30] APEB. Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais. Inventário dos documentos do governo da província. 1ª parte. Série Justiça. Correspondência recebida de Juízes. Juízes Municipais da 3ª Vara. Maço 2672.

Esse caso nos mostra outra face da incorporação de negros alforriados na Bahia, que não consta nos relatórios oficiais do governo: o comércio desses homens. O caso de Modesto indica que a venda de alforriados foi muito lucrativa para comerciantes e donos de escravos, como Anselmo Bittencourt e Domingos Moreno, que viram, nessa atividade, uma maneira de ganhar dinheiro fácil e rápido ou de se livrarem de escravos tidos como problemáticos.

Outro ponto que marcou a mobilização e incorporação de negros alforriados, e que também não foi levado em consideração nos relatórios oficiais do governo foi o reclamo, por parte de proprietários, de escravos que foram enviados para o Sul do império sem a devida autorização.

Pedro Alves Campos reclamou a posse de um escravo de nome Dionísio, que assentou praça voluntariamente e seguiu para a guerra com o nome de Jorge Alexandre. O governo solicitou que ele provasse ser realmente o proprietário do escravo e enfatizou que Dionísio permaneceria como praça enquanto Pedro Campos não apresentasse as provas exigidas.[31]

Também o chefe de polícia da capital reclamou a posse de um escravo que se alistou com o nome de José Bonfim, na 2ª companhia de zuavos baianos, mas que era, na realidade, escravo do comendador Manuel de Lima e se chamava Agostinho.[32] E até o padre Juvenal Fernandes da Silveira, residente em Salvador, pediu por meio do seu procurador, o bacharel Joaquim Baptista Rodrigues da Silva, que mandasse dar baixa do serviço militar ao escravo Passiano, de propriedade de sua irmã, D. Rosa Oliveira da Silveira, que foi para a corte, tendo assentado praça na 1ª companhia de zuavos baianos com

[31] APEB. Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais. Inventário dos documentos do governo da província. 1ª parte. Série administração. Correspondência recebida do Ministério da Guerra. Originais. Maço 828.

[32] APEB. Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais. Inventário dos documentos do governo da província. 1ª parte. Série administração. Correspondência recebida do Ministério da Guerra. Originais. Maço 828.

o nome de João Francisco de Souza.[33]

Esses casos nos revelam que a estratégia de fugir e se alistar nas tropas do Exército, em particular nas companhias de zuavos, foi uma opção explorada pelos escravos, que viram na ida para a guerra uma maneira de conquistar suas liberdades.[34]

Hendrik Kraay analisou a fuga e a incorporação de escravos nas tropas do Exército imperial, afirmando que no Brasil do século XIX, os escravos fugiam cotidianamente para se alistar no Exército como voluntários, enquanto outros eram recrutados à força para desespero de seus donos, os quais eram obrigados, muitas vezes, a enfrentar longos e maçantes procedimentos legais e administrativos para reclamar suas propriedades.[35]

Segundo Hendrik Kraay, que estudou mais de 200 casos de escravos que fugiram para se alistar como soldado nas tropas imperiais no século XIX, o Exército nas suas relações com os escravos fugidos exibiu uma atitude muito complexa e até contraditória. Até a década de 1880, o governo brasileiro e o Exército preservaram o direito de propriedade, todavia, a obstinação legalista da burocracia do Exército, frequentemente invalidava esta intenção e produzia conseqüências inesperadas em beneficio dos fugitivos, alguns dos quais realmente ganharam a liberdade através do alistamento.[36]

Ainda segundo o historiador, o processo estabelecido para que o reclamante conseguisse provar a posse do escravo era

---

[33] APEB. Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais. Inventário dos documentos do governo da província. 1ª parte. Série administração. Correspondência recebida do Ministério da Guerra. Originais. Maço 828.

[34] As tropas de zuavos eram compostas apenas por negros. Embora, na Bahia, durante o período imperial, tenham existido tropas constituídas apenas por negros, segundo o general Paulo de Queiroz Duarte, as tropas denominadas de zuavos baianos tiveram como referência os “zuagos”, tropas de guerreiros negros que viveram na África, na região fronteiriça da Argélia. Com a invasão francesa, tornaram-se soldados dos corpos de Infantaria, criados em 1831.

[35] KRAAY, Hendrik. *O Abrigo da farda:* O Exército brasileiro e os escravos fugidos, 1800-1881. *Revista afroasia*. Salvador, 17. ed., p. 29, 1996.

[36] Idem, Ibidem, p. 30-31.

muito longo e incluía entre outros procedimentos: justificativas, depoimentos diante de um juiz e três a cinco testemunhas que afirmassem que o recruta em questão era, de fato, o escravo desaparecido reclamado. Tudo isso era feito, pois as autoridades militares reconheciam a gravidade de devolver um soldado, homem livre por definição, à escravidão.[37]

Hendrk Kraay enfatiza que os pobres livres (negros e mestiços) era uma categoria social com a qual a classe escrava se misturava, às vezes imperceptivelmente. E, para os escravos, numa época anterior à fotografia, a simples mudança de nome estabelecia uma nova identidade, desde que evitasse o contato com pessoas que o conhecesse como escravo.[38]

Isso explica, inclusive, o porquê de muitos negros que seguiram da Bahia para a guerra ter optado em permanecer no Rio de Janeiro quando do retorno.

Porém, uma situação é bem enfatizada pelo historiador: entrar no Exército para o escravo representava deixar para trás os amigos, família e pessoas queridas. Com isso, pode-se concluir que para o escravo que fugia e se escondia nas tropas de zuavos, o abrigo da farda era, porém, uma cobertura provisória.[39]

Situação que também fez incorporar escravos às Forças Brasileiras foi a “substituição”. De acordo com o artigo 126 da Lei nº. 602, de 19 de setembro de 1850, e o Decreto nº. 3.513, de 12 de setembro de 1865, o guarda nacional que apresentasse um escravo para seguir em seu lugar ficaria dispensado do compromisso de seguir para a guerra. Poucos foram os casos de substituição, já que o custo do escravo era alto e de mais valia pagar a alguém para ir no lugar daquele designado, porém casos aconteceram, e não deixou de ser uma situação que fez aumentar o número de negros enviados à guerra.

No relatório do Ministério dos Negócios da Guerra, em 1872, consta como substitutos de guardas nacionais 88 pessoas, não

[37] Idem, Ibidem, p. 35-36.

[38] Idem, Ibidem, p. 39.

[39] Idem, p. 50.

discriminando se escravos ou livres. Em particular aos libertos, consta no mesmo relatório que não houve casos de substituição, na Bahia, de libertos por escravos.[40]

O relatório do governo provincial, em 1869, mostra que seguiram da Bahia para a guerra 1.647 escravos[41]porém, como nos indicam as fontes, essas informações possivelmente não exprimam, com veracidade, a totalidade de escravos que seguiram da Bahia, pois muitos foram comercializados diretamente com as autoridades militares provinciais, não entrando nos relatórios oficiais, como o caso do escravo Modesto.

A historiografia da guerra é "plural", quando se trata de realizar considerações referentes ao número de escravos enviados para combater no Paraguai. Como pontuou Ricardo Salles:

> Determinar o número de escravos que combateram na guerra e qual a contribuição relativa em termos de manancial humano é algo bastante difícil, seja devido às peculiaridades estatísticas da época, seja devido ao desejo de se ocultar o quanto uma sociedade escravocrata dependeu de escravos para responder ao chamado de defesa da pátria.[42]

Segundo Julio Chiavenatto: "O Exército Brasileiro que combateu no Paraguai era composto em quase sua totalidade por negros e mestiços, que foram levados à força para combater e que, por isso, não tinham compromisso com o patriotismo e com o Império Brasileiro".[43]

---

[40] APEB. Biblioteca. Relatório do Ministério dos Negócios da Guerra em 1872.

[41] APEB. Biblioteca. Relatório do presidente da província em 11 de abril de 1869.

[42] SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: Escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

[43] CHIAVENATTO, 1985.

3. As tropas de zuavos baianos

Em suas reminiscências, Dionísio Cerqueira afirma haver entre os voluntários uma tropa trajando uniforme estranho e diferente, com largas bombachas vermelhas presas por polainas que chegavam à curva da perna, jaqueta azul aberta com bordas de trança amarela, guarda-peito do mesmo pano, o pescoço limpo, sem colarinho e nem gravata e um "fez" na cabeça. Afirma que eram todos negros e chamavam-se – zuavos baianos. Que os oficiais também eram negros.[44]

O próprio Conde D'EU, em determinado momento da guerra faz referências às companhias de zuavos, como sendo tropas lindas, com militares de boa postura.[45]

Parcela da população baiana, provavelmente constituída em sua maioria de libertos, contribuiu para que essas companhias tivessem seguido bem uniformizadas. O periódico político *O Liberal* organizou uma subscrição em 1865, com o apoio da população, especificamente para angariar fundos para o fardamento de militares das companhias de zuavos. Segundo Cyrillo Eloy Pessoa de Barros, responsável pelo jornal, tão logo abriu a subscrição houve uma grande procura para realizar doações que, de imediato, chegaram à quantia de um conto e 27 mil réis.[46]

Além dessa subscrição, em 7 de março de 1865, o jornal Diário da Bahia acusava a arrecadação da quantia de 655 mil réis, como fundos para o fardamento dos zuavos. E o governo arrecadou também uma quantia vultosa, fruto de doações diretas à presidência da província que, em março do mesmo ano, já somava um conto: 824 mil e 80 réis.

---

[44] CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da campanha do Paraguai.* Rio de Janeiro: Bibliex,1974.

[45] SILVA, Eduardo. *O príncipe Obá*: Um voluntário da pátria. In: Eduarda Magalhães Menezes (Org.), Guerra do Paraguai: 130 anos depois, Rio de Janeiro: Relume Dumaré, 1995, p. 75.

[46] APEB. Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais. Inventário dos documentos do governo da província. 2ª parte. Série militares. Correspondências recebidas de voluntários da guerra do Paraguai. Maço 3668.

A preocupação de mostrar-se bem apresentado parece ter sido algo que norteou, em particular, o pensamento dos oficiais comandantes das companhias de zuavos. Em requerimento datado de 20 de julho de 1865, o tenente André Fernandes Palmeira, comandante da 4ª companhia de zuavos, solicitou ao governo provincial a indenização da quantia de 176 mil réis, que ele havia gasto com o fardamento "rico", uniforme para apresentações sociais, anexando ao documento notas referentes aos gastos por ele realizados. Assim procedeu também Balbino Nunes Pereira, comandante da 7ª Companhia de zuavos, solicitando a indenização da quantia de 209 mil réis.

O então alferes Marcolino José Dias informou ao governo provincial, em 5 de abril de 1865, que necessitava de uma quantia para que ele pudesse mandar confeccionar o seu fardamento, e que estava sem recursos para fazer tal despesa. Ele recorreu ao exemplo do tenente Quirino Antonio do Espírito Santo que, segundo ele, teve o seu uniforme fornecido a custos do Estado ou da subscrição tirada em favor dos zuavos.[47]

As fontes nos revelam que, a princípio, a boa apresentação dos militares que compuseram as companhias de zuavos foi fruto da vontade de parcela da população baiana em vê-los bem uniformizados e do orgulho pessoal dos comandantes em apresentar-se bem.

Um jovem zuavo baiano ficou muito conhecido, chamava-se Cândido da Fonseca Galvão, "Dom Obá II D'África".[48]Cândido Galvão era descendente de escravos e nasceu em Vila dos Lençóis, no sertão baiano. Era filho de africanos, brasileiro de primeira geração, por direito de sangue, príncipe africano, provavelmente neto do poderoso Alá àfin Abiodum, o último rei a manter unido o grande império Iorubá de Oyó, na 2ª metade do

[47] APEB. Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais. Inventário dos documentos do governo da província. 2ª parte. Série militares. Correspondências recebidas de voluntários da guerra do Paraguai. Maço 3670.

[48] Dom Obá quer dizer rei em Iorubá.

século XVIII.[49]

No início do ano de 1865, Cândido Galvão se alistou como voluntário da pátria e seguiu para a guerra na 3ª companhia de zuavos. Segundo o historiador Eduardo Silva, Cândido Galvão participou de diversas batalhas, entre elas as de Tuiuti em maio de 1866 e de Isla Capará, em agosto do mesmo ano, onde teve a sua mão direita inutilizada, sendo obrigado a retirar-se da luta prematuramente.

Ainda segundo o historiador Eduardo Silva, que procurou retratar o conflito ao nível nacional, relacionando episódios ocorridos no contexto da mobilização e emprego dos Corpos de Voluntários da Pátria com a trajetória de vida do próprio alferes Galvão, Obá gozava de bom conceito entre as autoridades militares, e o seu desempenho em combate o credenciou a ser promovido a oficial honorário por bravura.[50]

Porém as fontes existentes no Arquivo Público da Bahia não expressam essa realidade. A Ordem do Dia nº 54, de 13 de janeiro de 1866, do Comandante em Chefe do Exército Brasileiro em Operações na província de São Pedro do Sul, averbada pelo Tenente-Coronel José Antonio da Silva Lopes, Deputado do Ajudante General, mostra que Cândido da Fonseca Galvão foi "demitido", ainda como alferes, em 12 de janeiro de 1866, segundo a autoridade que emitiu o documento, por mau comportamento "habitual" e desordem.

Fica a dúvida, como Cândido Galvão poderia estar combatendo em Tuiuti, em maio de 1866 e em Isla Capará, em agosto do mesmo ano, tendo sido "demitido" em janeiro, e essas ordens, normalmente, tinham cumprimento imediato.[51]Também ficam dúvidas quanto ao seu relacionamento com as autoridades militares e a sua promoção a oficial por bravura, pois quando de sua demissão, em janeiro de 1866, por mau comportamento,

---

[49] SILVA, *O príncipe Obá,* p. 67.

[50] SILVA, *O príncipe Obá,* p. 67, 74 e 75.

[51] APEB. Biblioteca. Ordens do Dia. Guerra do Paraguai. Marques de Souza – 50 - 103.1866-1867, p. 33.

já era alferes em comissão, primeiro posto da hierarquia dos oficiais.

Ainda segundo o historiador Eduardo Silva, ao retornar da guerra, Obá permaneceu algum tempo no Rio de Janeiro, onde era reverenciado pelos outros negros como príncipe, e onde conseguiu uma eminência muito grande ao defender o direito dos negros à liberdade e a uma vida melhor, chegando a ser convidado a frequentar o palácio e travar uma amizade pessoal com o Imperador.[52]

Uma de suas frases nos revela traços da sua personalidade: "O Brasil deve desistir da questão da cor, pois que a questão é de valor e, quando o varão tiver valor, não se olhará a cor". Talvez esse seu comportamento contestatório, para a época, tenha sido a razão para a sua demissão do Exército.[53]

Muito tempo depois, na tentativa de um reconhecimento popular por seus feitos, baseando-se, possivelmente, no livro do historiador Eduardo Silva, a Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira, do Rio de Janeiro, no ano de 2000, desfilou com o enredo "Dom Obá II – Rei dos esfarrapados, príncipe do povo", e assim o representou:

DOM OBÁ II - REI DOS ESFARRAPADOS, PRÍNCIPE DO POVO

Axé, mãe África
Berço da nação Iorubá
De onde herdei o sangue azul da realeza
Sou guerreiro de Oyó
Filho de orixás
Vim da corte do sertão
Pra defender a nossa pátria mãe gentil
Sou "Dom Obá", o príncipe do povo,

[52] SILVA, *O príncipe Obá,* p. 69.

[53] Idem, Ibidem.

Rei da ralé
Nos meus delírios, um mundo novo
Eu tenho fé

No Rio de lá
Luxo e riqueza
No Rio de cá
Lixo e pobreza

Freqüentei o palácio imperial
Critiquei a elite no jornal
Desejei liberdade
500 anos Brasil
E a raça negra não viu
O clarão da igualdade
Fazer o negro respirar felicidade
Sonho ou realidade?
Uma Dádiva do céu (do céu, do céu)
Vi no Morro da Mangueira
Sambar de Porta-Bandeira
A Princesa Isabel [54]

A Mangueira buscou, nos vestígios da guerra, elementos para retratar a trajetória de vida de Cândido Galvão, o príncipe da ralé, dos escravos, dos negros forros e libertos, que no pós-guerra já representavam grande parcela da população urbana no Rio de Janeiro, e cujo sonho de liberdade começou a ser delineado por meio da intensificação dos debates da questão da abolição na sociedade carioca.[55]

A poesia intitulada "O canto do zuavo baiano", de autoria de Domingos de Faria Machado, procurou retratar, em 1865, a situação dos zuavos. Assim, ele se expressou:

[54] Samba-Enredo apresentado pelos compositores da Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira, D'aguiã e Veneno em 2000.

[55] SILVA, *O príncipe Obá*. p. 67-75.

Sou soldado, na pátria aguerrida,
Muito embora nascido na paz,
Nasci livre, qual águia no ninho,
Ser escravo, outra vez não me apraz.
Ao bramir do gigante que acorda,
A princesa do monte se ergueu!
Minha terra foi lá a primeira,
Da vanguarda o soldado sou eu.[56]

Analisando as estrofes da poesia, pode-se verificar que Domingos Machado enfatiza alguns pontos tidos como importantes naquele momento. O ser soldado, a condição de liberto, a condição de pertencimento a uma pátria e a repulsa à escravidão são aspectos que Domingos Machado faz questão de externar. Ressalta ainda a grandeza do território brasileiro e o pioneirismo baiano na defesa do Império.

O ser soldado representava para o liberto a oportunidade de ascendência social e uma colocação como cidadão na sociedade baiana, tal qual o capitão Marcolino José Dias ou o alferes Cândido Galvão.[57]A condição de liberto significava estar "vivendo de si", ou seja, não ter qualquer vínculo com a ordem escravista, onde os laços de paternalismo e mando prendiam o escravo ao senhor.[58]

Fica a dúvida se os soldados das companhias de zuavos tinham o perfeito entendimento da noção de "pátria", ou se simplesmente assimilaram o discurso criado pelas autoridades imperiais no sentido de mobilizar as classes menos favorecidas a lutar em defesa do Império.

---

[56] CALMON, Pedro. *História do Brasil na poesia do povo.* Nova edição aumentada, Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1973, p. 228.

[57] Sobre o "ser soldado", ver o texto de Eduardo Silva, *D. Obá II.*

[58] Sobre a expressão "vivendo de si", ver o texto de Hebe Maria Mattos de Castro, *Das Cores do Silêncio. Os Significados da Liberdade no Sudoeste Escravista. Brasil Século XIX,* Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa, 1993.

Um caso que talvez nos mostre a motivação que tinha parcela dos homens que compuseram as tropas de zuavos, em particular aqueles escravos que fugiam e iam se alistar nessas tropas, ocorreu com o escravo de nome Thomaz de Aquino.[59]

Em 1869, Thomaz de Aquino foi preso, pronunciado e sentenciado a levar 200 açoites, depois ser vendido e o dinheiro ser depositado nos cofres públicos. Logo depois da sua sentença, suplicou ao presidente da província para mandá-lo para a guerra, pois segundo ele, "já há muito tinha vocação para as contendas bélicas". Solicitou ir à presença do presidente, alegando que ao examiná-lo certamente o mandaria para o combate, provavelmente por ter bom porte físico. Alegou que lá seria de muita utilidade, e onde estava ficaria inutilizado, precisando o governo de homens para defender a nação brasileira. Em despacho, o presidente respondeu, em 16 de fevereiro de 1869, que não tinha lugar o que ele requeria.[60]

O pedido de Thomaz de Aquino nos mostra que, para aquele homem, a ida para a guerra representava a sua sobrevivência temporária e a sua liberdade. Não existiria qualquer compromisso daquele escravo com a nação brasileira. Ao contrário, o seu único compromisso seria consigo mesmo. É possível que, para parcela dos soldados das companhias de zuavos, a motivação fosse a mesma.

Artigo publicado pela Fundação Cultural Palmares, com o título "os zuavos baianos" [61]afirma que a Bahia enviou para a guerra quatro companhias de zuavos, enfatizando que o comandante da 1ª companhia foi o Capitão Joaquim José de

[59] APEB. Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais. Inventário dos documentos do governo da província. 2ª parte. Série militares. Correspondências recebidas de voluntários da guerra do Paraguai. Maço 3671.

[60] APEB. Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais. Inventário dos documentos do governo da província. 2ª parte. Série militares. Correspondências recebidas de voluntários da guerra do Paraguai. Maço 3671.

[61] O artigo é um desdobramento do Projeto Kambá Racê – *notas sobre a questão racial no Exército brasileiro*, transformado em documentário em vídeo e distinguido com o "Prêmio Palmares de Comunicação", em 2005.

Sant'Ana Gomes e que a 2ª companhia de zuavos foi comandada pelo sargento Marcolino José Dias, nomeado alferes em comissão, e possuía oito oficiais e 150 praças. O artigo afirma ainda que a 4ª companhia foi organizada por iniciativa do Barão de Porto Alegre, em dezembro de 1866.

Porém, as fontes localizadas no Arquivo Público do Estado da Bahia revelam outra realidade. A Bahia enviou para a guerra 11 companhias de zuavos, perfazendo um total de 611 homens. Essas tropas foram enviadas para a guerra durante o ano de 1865 e foram constituídas com efetivos que variavam entre 12 a 94 homens.[62]

TABELA 1

Efetivo das companhias de zuavos enviadas entre janeiro e julho de 1865

Tropa	Comandante	Efetivo
1ª Companhia de Zuavos	Tenente Quirino Antonio do Espírito Santo	71
2ª Companhia de Zuavos	Tenente Marcolino José Dias	82
3ª Companhia de Zuavos	Tenente João Francisco Barboza de Oliveira	48
4ª Companhia de Zuavos	Tenente André Fernandes Palmeira	56
5ª Companhia de Zuavos	Tenente Militão de Jesus Pires	94
Total		351

FONTE: APEB. Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais. Maço 3668. Relatório de embarque de tropas.

[62] APEB. Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais. Inventário dos documentos do governo da província. 2ª parte. Série militares. Correspondências recebidas de voluntários da guerra do Paraguai. Maço 3668. (relatório de embarque de tropas).

TABELA 2

Efetivo das companhias de zuavos enviadas em 1865 (após o mês de julho)

Tropa	Comandante	Efetivo
6ª Companhia de Zuavos	Tenente Francisco Higino Carneiro	56
7ª Companhia de Zuavos	Tenente Balbino Nunes Pereira	12
8ª Companhia de Zuavos	Alferes Nicolau Beraldo Ribeiro Navarro	53
9ª Companhia de Zuavos	Alferes Manoel do Nascimento e Almeida	56
10ª Companhia de Zuavos	Alferes Eugenio José Morris	54
11ª Companhia de Zuavos	Alferes Nicolau da Silveira	29
Total		260

FONTE: APEB. Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais. Maço 3668. Relatório de embarque de tropas.

TABELA 3

Percentual de homens enviados pela Bahia nas tropas de zuavos, em relação ao efetivo enviado pela província durante toda a guerra.

Efetivo total enviado	Efetivo enviado pela Bahia Nas companhias de zuavos	% em relação ao total
17.922 homens	611 homens	3.4 %

FONTE: APEB. Biblioteca. Relatório do presidente da província da Bahia, 11 abr de 1869; Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais. Maço 3668. Relatório de embarque de tropas.

Os dados das TAB. 1, 2 e 3 permitem concluir que a maioria dos militares que compuseram as tropas de zuavos seguiu para o Sul do Império nos primeiros meses de 1865 e que a Bahia enviou para a guerra, em tropas constituídas apenas por negros, um percentual de 3,4 % do total.

Em relação ao envio de negros da Bahia para a Guerra do Paraguai, as fontes apresentadas nos indicam que, em relação ao número total

de homens enviados ao combate, a quantidade de ex-escravos que seguiram nas tropas de zuavos foi relativamente pequena e que as ideias que nortearam a ida desses homens para a guerra foram, inicialmente, a esperança de obtenção de suas liberdades e, em plano secundário, melhoria de vida e reconhecimento social.

Referências

ARAÚJO, Oséas Moreira de. *Notícias sobre a polícia militar da Bahia no século XIX* – 1949.

CALMOM, Pedro. *História do Brasil na poesia do povo*. Nova edição aumentada. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1973.

CASTRO. Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã:* a Guarda Nacional de 1831 a 1850. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Bibliex,1974.

CHIAVENATTO, Julio José. *Os voluntários da pátria e outros mitos*. 1982.

_____*Genocídio americano: Guerra do Paraguai*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva*. Maldita Guerra:* Nova história da guerra do Paraguai*.* São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DOCA, Souza. *Causas da guerra do Paraguai*. Porto Alegre, 1919.

DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os voluntários da pátria na guerra do Paraguai.* O imperador, os chefes militares, a mobilização e o quadro militar da época. Rio de Janeiro: Bibliex, 1981.

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO. *A história do Brasil – as lutas externas no século XIX – os antagonismos platinos*

– H17 – Rio de Janeiro, 1997.
ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO**.** *História do Exército Brasileiro.* Perfil militar de um povo. Rio de Janeiro: Edição do EME, 1972.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós**.** *Bahia, século XIX.* Uma província no império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

_____*Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

POMER, León. *Paraguai: A nossa guerra contra esse soldado*. São Paulo: Global, 1997.

QUERINO, Manoel*. A Bahia de o'utrora.* Vultos e fatos populares*.* Bahia: Livraria Econômica, 1916.

RODRIGUES, Marcelo Santos. *Os (in) voluntários da pátria na guerra do Paraguai: a participação da Bahia no conflito*. 2001.162 f. Dissertação (mestrado em História) − Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: Escravidão e cidadania na formação do Exército.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SILVA, Eduardo. O príncipe Obá: Um voluntário da pátria. In: MENEZES, Eduarda Magalhães (Org.). *Guerra do Paraguai:* 130 anos depois*.* Rio de Janeiro: Relume Dumaré, 1995.

SILVA, Francisco de Assis*. História do Brasil*: Colônia, império e república. São Paulo: Moderna, 1992.

SOUZA, Jorge Prata de. *Escravidão ou morte*: os escravos brasileiros na guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: Marrad and Adesa, 1996.

TORAL, André Amaral de. A Participação dos Negros Escravos na Guerra do Paraguai. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 9, n. 24, 1995.

KRAAY, Hendrik. *O* Abrigo da farda: O Exército Brasileiro e os escravos fugidos, 1800-1881*. Revista afroasia*, Salvador, Ed. 17, 1996.

_____ *Reconsidering Recruitment in Imperial Brazil*. The Américas. v.55. n. 1, p. 1-33, jul. 1998. Tradução do autor, revisado por Mônica Nogueira de Sá.

Recebido em novembro de 2009.
Aprovado em abril de 2011.